



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 42/XV/1.^a SL

Aos 2 dias do mês de maio de 2023, pelas 15 horas, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1 - Apreciação e votação da ata n.º 41/XV/1.^a, correspondente à reunião de 26 de abril de 2023;

2 - Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- Proposta de Lei n.º 68/XV/1.^a (GOV) – [Aprova a Lei de Infraestruturas Militares](#);
Relator: Deputado João Dias (PCP)

- Proposta de Lei n.º 69/XV/1.^a (GOV) - [Aprova a Lei de Programação Militar](#);
Relator: Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD)

- Projeto de Lei n.º 722/XV/1.^a (PAN) - [Aprova a Lei de Sustentabilidade Ambiental das Infraestruturas Militares](#);
Relatora: Deputada Dora Brandão (PS)

- Proposta de Lei n.º 73/XV/1.^a (GOV) - [Aprova as Grandes Opções para 2023-2026](#);
Relatora: Deputada Helga Correia (PSD)

3 – Outros assuntos.

1 - Apreciação e votação da ata n.º 41/XV/1.^a, correspondente à reunião de 26 de abril de 2023

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Marcos Perestrello, foi apreciada e aprovada por unanimidade, na ausência da IL, do PCP e do BE, a ata n.º 41/XV/1.^a, correspondente à reunião de 26 de abril de 2023.

2 – Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

Começou por ser apreciado o [parecer](#) sobre a Proposta de Lei n.º 69/XV/1.^a (GOV) - [Aprova a Lei de Programação Militar](#), que foi apresentado pela Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD), em substituição do respetivo relator, Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), que não se encontrava presente por se encontrar em missão parlamentar na Ucrânia. Após as intervenções da Senhora Deputada Dora Brandão (PS)



Comissão de Defesa Nacional

e dos Senhores Deputados Miguel dos Santos Rodrigues (PS) e Pedro Pessanha (CH), o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Seguidamente, foi apreciado o [parecer](#) sobre a Proposta de Lei n.º 68/XV/1.ª (GOV) - [Aprova a Lei de Infraestruturas Militares](#), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado João Dias (PCP). Após as intervenções das Senhoras e dos Senhores Deputados Francisco César (PS), Cristiana Ferreira (PSD) e Pedro Pessanha (CH), o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Procedeu-se, igualmente, à apreciação do [parecer](#) sobre o Projeto de Lei n.º 722/XV/1.ª (PAN) - [Aprova a Lei de Sustentabilidade Ambiental das Infraestruturas Militares](#), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Dora Brandão (PS), e que, com base na argumentação constante do mesmo, concluiu que a iniciativa legislativa objeto de apreciação, do ponto de vista constitucional, não reunia os requisitos para ser apreciada e votada em Plenário da Assembleia da República.

No debate que se seguiu, usaram da palavra, além do Senhor Presidente, a Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD) e o Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH).

A Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD) felicitou a Senhora Deputada relatora pela apresentação de um parecer bastante detalhado e minucioso e declarou que o PSD subscrevia amplamente todas as considerações – que, de resto, já constavam da nota de admissibilidade e da nota técnica -, nomeadamente as conclusões no que respeitava à conformidade da iniciativa em apreço com os requisitos constitucionais e regimentais, uma vez que se suscitavam sérias dúvidas jurídicas quanto à sua constitucionalidade, pela presença de normas que continham injunções de caráter vinculativo dirigidas ao Governo, colocando em causa o princípio da separação de poderes, bem como de normas que determinavam o órgão competente para a aprovação da estratégia referida na iniciativa (no caso, o Conselho de Ministros), e por não parecer plausível encontrar uma solução, em sede de especialidade, que permitisse ultrapassar as dúvidas de constitucionalidade identificadas, mantendo o objeto e o propósito político da iniciativa.



Comissão de Defesa Nacional

Dito isto, concluiu dizendo que o Grupo Parlamentar do PSD iria votar favoravelmente o parecer em discussão.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) agradeceu a forma exemplar como a Senhora Deputada Dora Brandão (PS) elaborou o parecer, disse querer deixar também, de forma explícita, a sua concordância com as suas conclusões e declarou que o Grupo Parlamentar do CH iria votar favoravelmente o parecer.

O Senhor Presidente felicitou a Deputada relatora pelo parecer, considerou que ele introduzia preceitos de higiene jurídico-política no relevante debate que iria realizar-se no dia seguinte em Plenário. Por se tratar de um debate estruturante do funcionamento das Forças Armadas, Forças Armadas que, por sua vez, eram estruturantes do regime democrático, disse ter ficado muito desapontado ao ver agendados para o debate das Propostas de Lei sobre a Lei de Programação Militar e a Lei das Infraestruturas Militares, por arrastamento, dois projetos de lei - o Projeto de Lei n.º 720/XV/1.ª, da iniciativa do Livre, e o Projeto de Lei n.º 722/XV/1.ª, da iniciativa do PAN - por entender que os mesmos não tinham lugar nesse debate. Adiantou que o projeto de lei do Livre ainda poderia ter algo a ver com as infraestruturas militares, mas pouco; já o do PAN nada tinha a ver com Lei das Infraestruturas Militares. Assim, em primeiro lugar, saudou o Senhor Deputado Miguel dos Santos Rodrigues (PS) por ter sensibilizado o Livre para esse aspeto e saudou o Livre por ter tido a perceção de que era vantajoso para todos retirar o seu projeto, em benefício da intervenção que viesse a ter na discussão na especialidade; em segundo lugar, felicitou, uma vez mais, a Senhora Deputada Dora Brandão (PS) pela coragem de ter apresentado aquele parecer (não burocrático na apreciação do conteúdo da iniciativa); saudando, por último, os Senhores Deputados que anunciaram o seu sentido de voto favorável ao parecer, pela coragem de introduzirem regras que deveriam ser cumpridas sempre.

No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Por último, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD), na qualidade de relatora, apresentou o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 73/XV/1.ª (GOV) - [Aprova as Grandes Opções para 2023-2026](#), que, no final, após as intervenções dos Senhores Deputados



Comissão de Defesa Nacional

Francisco César (PS) e Pedro Pessanha (CH), foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do BE.

3 - Outros assuntos

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente anunciou uma proposta de calendário para a discussão na especialidade (indiciária) em Comissão das propostas de lei relativas às Leis de Programação Militar e das Infraestruturas Militares – Propostas de Lei n.ºs 68 e 69/XV/1.^a -, sugerindo que se ouvisse, em primeiro lugar, a Senhora Ministra da Defesa Nacional, começando por uma lógica ou perspetiva global, seguindo-se a audição do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e, depois, as dos chefes dos ramos das Forças Armadas, já numa perspetiva de pormenor ou detalhe, avançando com as seguintes datas:

- Ministra da Defesa Nacional: 16 de maio | 15 horas;
- General CEMGFA: 17 de maio | 10 horas;
- General CEMFA: 24 de maio | 10 horas;
- General CEME: 30 de maio | 15 horas;
- Almirante CEMA: 31 de maio | 10 horas.

Sobre o formato das mencionadas audições, sugeriu que a audição da Senhora Ministra da Defesa Nacional fosse pública e as restantes realizadas à porta fechada, solicitando a pronúncia dos diversos grupos parlamentares sobre a metodologia proposta - formato que mereceu a concordância dos presentes.

Relativamente ao Colóquio a realizar, subordinado ao tema «Lei de Programação Militar e Economia de Defesa» sugeriu a tarde de dia 6 de junho, terça-feira – já reservada para a audição regimental da Ministra da Defesa Nacional, pelo que iria propor a alteração dessa audição para a manhã do dia seguinte, 7 de junho. Por fim, expôs algumas considerações sobre os oradores a convidar e o modelo do Colóquio a seguir.

Concluiu dizendo que, após todas essas diligências, seria fixado um prazo para a apresentação de propostas de alteração às Propostas de Lei n.ºs 68 e 69/XV/1.^a (GOV), mais concretamente o dia 9 de junho de 2023, para na semana seguinte se dar início à discussão e votação na especialidade indiciária em Comissão.



Comissão de Defesa Nacional

A Senhora Deputada Dora Brandão (PS) declarou que o Grupo Parlamentar do PS nada tinha a opor à metodologia apresentada.

A Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD) manifestou alguma reserva quanto à ordem das audições, por considerar que a Ministra da Defesa Nacional deveria ser ouvida no final da ronda, tendo o Senhor Presidente esclarecido que, no final, no dia 6 de junho estava prevista a audição regimental da Ministra da Defesa Nacional, onde poderiam ser tratados todos os temas que os Senhores Deputados entendessem suscitar, incluindo a lei da Programação Militar e a lei das Infraestruturas Militares. Assim, com base nessa informação adicional, a Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD) disse entender que fazia sentido a ordem proposta, contando que se confirmasse a audição regimental da Ministra da Defesa no dia 6 ou 7 de junho.

Também os Senhores Deputados Pedro Pessanha (CH) e Rodrigo Saraiva (IL) manifestaram a sua concordância com a metodologia proposta.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de maio de 2023.

O Presidente da Comissão,

(Marcos Perestrello)



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 38/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Dora Brandão (PS)
Francisco César (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
António Prôa (PSD)
Cristiana Ferreira (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Pedro Pessanha (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
João Dias (PCP)
Jorge Botelho (PS)
Sara Velez (PS)
Helga Correia (PSD)
Rui Paulo Sousa (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Ricardo Lino (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Rosina Ribeiro Pereira (PSD)
Joana Mortágua (BE)